

OURO VERDE

Verdes tentam salvar mogno da Amazônia

Extração da madeira garante grandes lucros, afeta terras indígenas e provoca protestos de entidades internacionais

LEÃO SERVA

Enviado Especial a Altamira (PA)

A madeira de mogno da Amazônia está para se tornar tema de nova polêmica entre preservacionistas e poderes público e econômico. Mesmo ameaçada de extinção, a árvore é cortada livremente nas florestas do norte brasileiro. Grupos ambientalistas já vêm na ação rápida das madeireiras a mais grave ameaça à mata virgem e às áreas indígenas, suplantando o perigo menos organizada dos garimpeiros.

O assédio empresarial atinge hoje áreas indígenas que contêm reservatórios ricos. Um exemplo da valorização vertiginosa: índios do sul do Pará recebem cerca de US\$ 10,00 por árvore cortada pelas madeireiras. Depois de processada em uma serraria e levada ao porto de Belém, essa árvore será exportada por até US\$ 3.600. Esse salto astronômico é que faz do mogno (nome científico *Swietenia macrophylla*) uma espécie de "ouro verde".

BBC lança senha para campanha internacional

Do enviado especial a Altamira

Amanhã um dos canais de tvê da estatal BBC inglesa leva ao ar documentário filmado no Pará que mostra o caminho do mogno desde o corte ilegal em áreas indígenas até sua manufatura em indústrias britânicas.

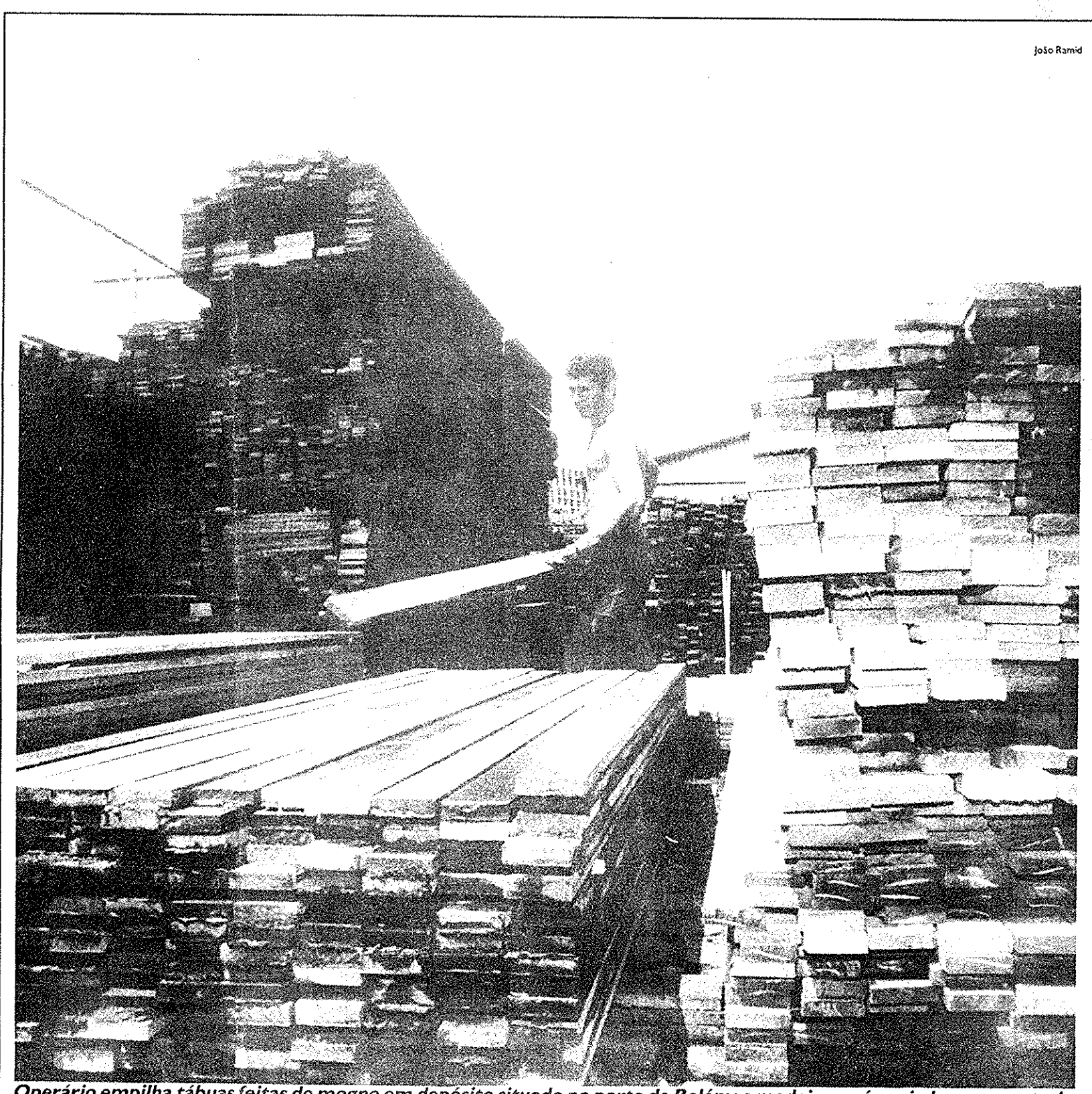
O programa, feito pelo jornalista George Monbiot, é esperado por grupos ambientalistas como uma espécie de senha para deflagrar uma campanha contra a exploração do mogno em florestas brasileiras. Amanhã mesmo começam as manifestações em Londres e Oxford, promovidas pela entidade Survival International.

Ao mesmo tempo, a filial brasileira do Greenpeace prepara o manifesto de outra campanha, contra o exploração predatória de madeira na Amazônia, na qual o mogno terá uma posição de destaque. O manifesto deve ser publicado no fim de maio ou início de junho, segundo José Augusto Pádua, coordenador da área de florestas da entidade.

O Greenpeace destaca a "urgência" da questão por três razões, segundo Pádua: 1. a forma de exploração da madeira provoca mais destruição do que é cabível, mesmo se admitindo a extração da árvore; 2. as madeireiras abrem estradas na selva que depois serão usadas na ocupação desordenada das áreas; 3. as madeireiras exploram, com ou sem consentimento, áreas indígenas.

O mogno é a mais valiosa madeira de lei extraída livremente no Brasil. Os principais importadores do país são os EUA e a Europa. O Japão importa toras do sudeste asiático. Nos próximos anos, no entanto, seu potencial comprador poderá se voltar mais para o Brasil, pelo esgotamento das reservas daquela área.

O preço internacional do produto subiu nos últimos anos. Desde meados da década de 80, a produção brasileira mais que dobrou. Mesmo assim, entre 1985 e 1990, o preço médio do metro cúbico exportado subiu de US\$ 278,00 para US\$ 544,00. (LS)



Operário empilha tábuas feitas de mogno em depósito situado no porto de Belém; a madeira será enviada para o exterior

Terras indígenas dão madeira 'for export'

Pressões de grupos ambientalistas diminuem interesse por madeira de lei

ABNOR GONDIM
Da Agência Folha em Belém

Todos os meses, milhares de metros cúbicos de mogno são exportados para a Europa e para os Estados Unidos pelo porto de Belém (PA), parte deles retirados de reservas indígenas, com ou sem o consentimento dos índios. No ano passado o Brasil exportou 116.527 metros cúbicos. Essa produção rendeu às companhias madeireiras US\$ 63 milhões.

Segundo o diretor de exportação da Madeireira Perachi, Leônidas Souza, o interesse pelo mogno está caindo por causa da pressão internacional dos ecologistas que levaram os importadores a não mais aceitar a madeira oriunda de terras indígenas. Souza admite que "alguma" madeira seja de reservas. Mas alega que isso se deve ao fato de parte da produção que exporta ser comprada de pequenas ma-

deireiras que podem estar explorando áreas da União, embora apresentem documentos mostrando que a madeira é extraída de suas próprias terras. "Essas informações nós passamos aos importadores, mas não nos compete fiscalizar a procedência da madeira". O empresário Rubens Bannach diz que já exportou madeira retirada de áreas indígenas: "Agora nunca mais faço negócios com eles, porque só dá

problemas". Para o presidente da Associação dos Exportadores de Madeira do Pará, Danilo Remmor, a extração madeira em área indígena deveria ser permitida, já que "os índios são os donos da terra e precisam de dinheiro para viver". Numa concessão ao discurso ecologista, ele diz, porém, que a extração deveria ser feita por intermédio de manejo sustentado, com o plantio de novas árvores no lugar das derrubadas.

O que dizem os indígenas

Do Enviado Especial e da Agência Folha em Belém

Os índios xicrins (grupo caiapó) da reserva do Cateté, no sul do Pará, querem indenização de três das principais madeireiras do Estado que exploraram mogno em suas terras nos anos de 1990 a 91.

Denúncia contra as madeireiras Bannach, Perachi e Ferreira foi apresentada no início de abril à Procuradoria da República em Belém. Os índios se dizem enganados porque ao final do contrato com a Bannach (que subcontratou as duas empresas, entre outras), em outubro de 1991, a companhia teria informado que a tribo devia às empresas US\$ 298 mil.

Os índios alegam que as madeireiras retiraram mais árvores do que rezava o contrato. Dizem que o acordo previa o pagamento de US\$ 1,5 milhão por 22.600 metros cúbicos de mogno. O pagamento era feito aos chefes que assinaram o contrato, em dinheiro ou através da aquisição de bens diversos. A Bannach anotava as despesas e no final tentou mostrar que os índios gastaram US\$ 298 mil acima do acertado.

Acordos desse tipo são proibidos pela Constituição, mas ocorrem com frequência. "Os contratos são ilegais mas a lei não pode fechar os olhos para a realidade", diz o procurador José Augusto Potiguar que representa os índios.

O contrato entre a Bannach e os xicrins do Cateté é apenas um entre muitos existentes em áreas indígenas do país. As madeireiras não aparecem como compradores,

mas como contratadas pelos índios para cortar árvores, numa relação de "prestação de serviços".

No caso do acordo firmado entre os líderes do Cateté e a Bannach, ao qual a Folha teve acesso, a madeireira "contratada" ganhou 50% das árvores derrubadas "como forma de pagamento pelos serviços prestados". E pagou pela outra metade (que obrigatoriamente deveria ser vendida à empresa) US\$ 100 pelo monte de cinco árvores. O texto previa a exploração por cinco anos e a retirada de 20 mil metros cúbicos por ano. Muito mais do que hoje alegam os índios.

Cada árvore de mogno tem em média 6 metros cúbicos de madeira. Assim, cem dólares pagam 30 metros cúbicos, mas igual quantidade é retirada de graça pela madeireira (correspondendo então a 60 metros cúbicos de madeira retirada). Em outras palavras, são cerca de 3,33 dólares por metro cúbico pago, ou US\$ 1,67 por metro cúbico. O preço médio do metro cúbico de mogno exportado no ano passado foi de US\$ 544,35.

Esse contrato foi assinado pelos índios em 31 de julho de 1989. Em setembro do mesmo ano, funcionários da Funai, do Ibama e da Polícia Federal intervêm. Os índios protestam. Seis meses depois, no entanto, eles se dizem explorados e pedem anulação do contrato. Em julho de 1990, aceitam a volta da Bannach. Mais um ano e meio e os índios reclamam do resultado do acordo que firmaram. (LS e AbG)

O que dizem as madeireiras

Da Agência Folha em Belém

O empresário Rubens Bannach, 30, dono da madeireira que leva o nome de sua família, diz que o pagamento pela madeira extraída a partir do contrato com os índios xicrins do Cateté deveria ser feito conforme a quantidade de madeira retirada da área.

Ele diz que os índios não se contentam com o dinheiro proporcional à exploração: "Sempre querem mais e mais coisas, sem saber se acabou o crédito".

Bannach diz estar ciente de que o contrato firmado com os índios é ilegal. Mas afirma que fechou o acordo, atendendo a apelos das lideranças. "Eles vivem em miséria absoluta e nos procuraram

para vender madeira." Acrescenta: "É difícil dizer não com 20 índios na sua sala."

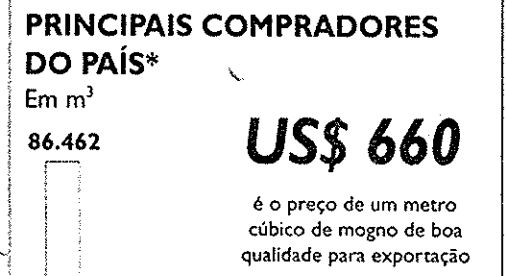
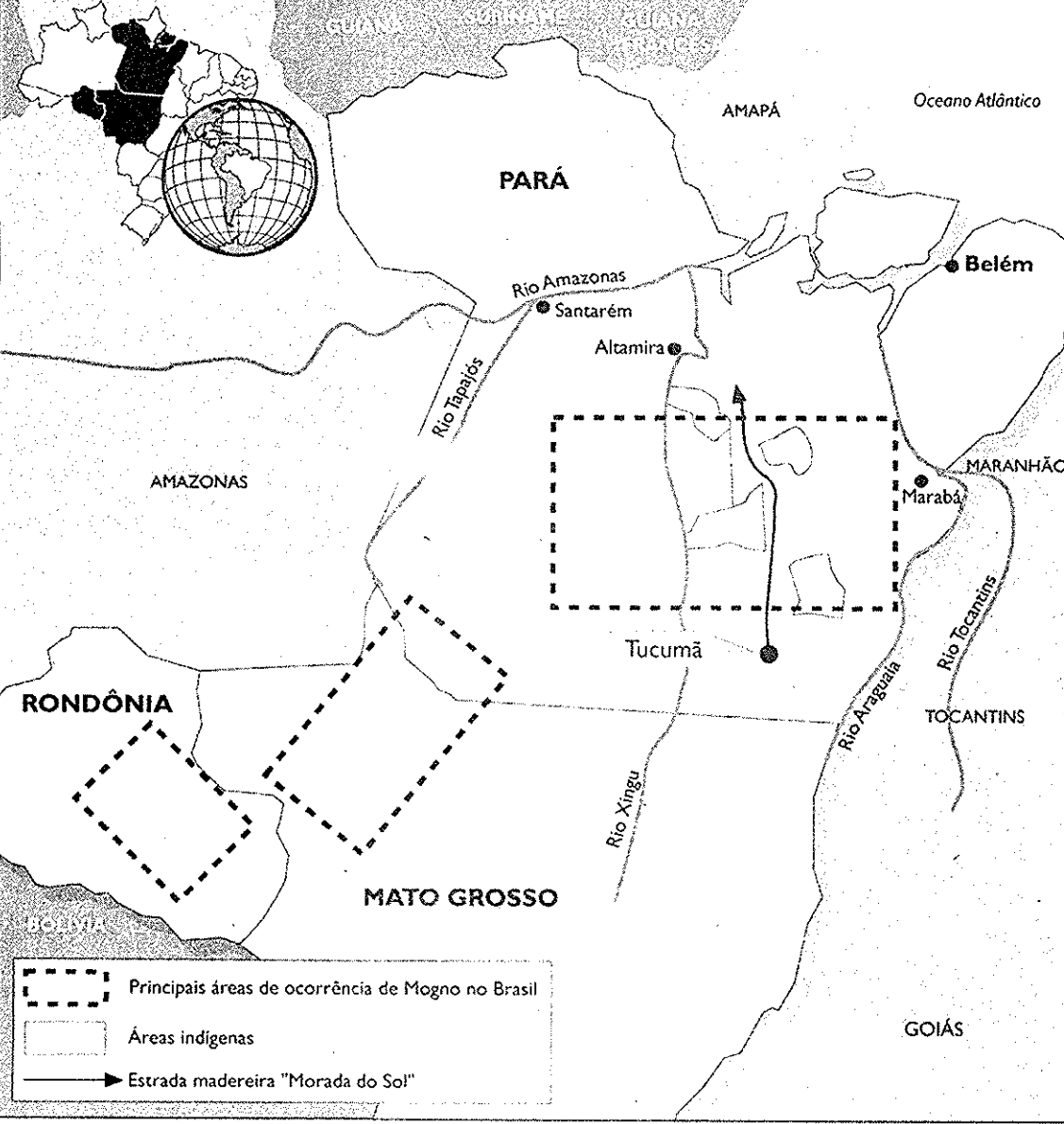
Segundo ele, acordos que prevêm 50% da madeira para cada parte são normais no Pará. Cita o exemplo de fazendeiros: "É isso que fazemos com pecuaristas: metade nossa; metade deles".

O empresário diz que os chefes indígenas Bep-Monkro, Karangré, Botié e Bep-Karoti gastaram de abril a outubro do ano passado Cr\$ 58,6 milhões na compra de dois carros Gol, uma perua D-20, duas casas, televisores, som, videocassete e eletrodomésticos.

Leônidas Souza, diretor da Perachi, nega envolvimento de sua empresa com exploração de madeira na área Cateté.

ÁREAS DE OCORRÊNCIA E EXTRAÇÃO DE MOGNO NO BRASIL

A espécie aparece em cerca de 1,5 milhão km² na Amazônia



Uma árvore de mogno tem **6 m³** de madeira em média

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Ano	Metros cúbicos	Dólares	Dólar/m³
1985	46.547	US\$ 12,5 milhões	US\$ 268/m³
1987	163.271	US\$ 75,8 milhões	US\$ 464/m³
1991	116.527	US\$ 63,4 milhões	US\$ 544/m³

Fonte: Caçex/1987